

Belo Horizonte debate população em situação de rua

□ Nesta semana de 16 a 20, acontece o fórum promovido pela ALMG, Governo do Estado e entidades parceiras

Com o objetivo de recolher sugestões dos cidadãos para que a política pública destinada às pessoas que vivem nas ruas seja efetivamente colocada em prática no Estado, a Assembleia Legislativa (ALMG) está realizando o fórum técnico *População em Situação de Rua*, em parceria com o Poder Executivo e diversas entidades da sociedade civil.

O evento, que já foi realizado em algumas cidades do interior, chega a Belo Horizonte nesta quarta (18) e na quinta-feira (19), e é uma das atividades previstas para a semana de 16 a 20, no Legislativo mineiro.

O fórum tem como objetivo subsidiar um plano de metas e ações para implementar a política estadual para esse segmento da sociedade, prevista na Lei 20.846, de 2013. A capacitação da população em situação de rua e a sensibilização da sociedade para a rea-

lidade dessas pessoas também fazem parte dos objetivos da iniciativa.

Evento tem como objetivo subsidiar um plano de metas e ações para implementar a política estadual para esse segmento da sociedade

Na quarta, o encontro começará às 14 horas, em frente ao campus Barro Preto do Centro Universitário

Una (Rua dos Goitacazes, 1.159 – Barro Preto). Ali, integrantes da comissão organizadora e aqueles já inscritos no fórum conversam com pessoas que estão em situação de rua naquela área. O bate-papo, ou roda de conversa, ajuda os participantes a entender melhor a realidade de algumas dessas pessoas e também serve para que elas, convidadas a participar dos grupos de trabalho no dia seguinte, ouçam explicações sobre o fórum.

Os grupos se reúnem na quinta-feira, no mesmo local, das 8h30 até 17 horas. Divididos por eixos temáticos, os participantes discutem assuntos como saúde e assistência, emprego e geração de renda, moradia e segurança alimentar e nutricional. Todos podem opinar e apresentar propostas para melhorar a situação dessa parcela da população.



CLARISSA BARCANTE/ARQUIVO

Capital mineira registra aumento no número de pessoas que vivem nas ruas

Quatro atividades pautam os trabalhos na terça-feira

TERÇA-FEIRA (17) – A Comissão Extraordinária das Mulheres visita o Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte, que integra a rede da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig). Os deputados pretendem avaliar as condições de funcionamento do ambulatório de saúde integral para pessoas trans nas dependências da instituição.

Outro destaque do dia é a audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Econômico, que debate a implantação da 2ª Etapa do Distrito Industrial de Montes

Claros (Norte de Minas). A área da 1ª etapa do empreendimento já estaria totalmente ocupada, e a Prefeitura já adquiriu terreno contíguo para sua expansão. Entretanto, o Governo do Estado não estaria dando o apoio devido na implantação da infraestrutura necessária à instalação de novas empresas no local. A reunião está prevista para as 15 horas, no Plenarinho III.

Outras duas audiências públicas estão agendadas para a terça-feira. Às 10 horas, no Plenarinho IV, a Comissão de Segurança Pública discute o Decreto

47.368, de 2018, que atribui ao Departamento Estadual de Trânsito (Detran-MG) o credenciamento e a contratação de empresas para vistoria veicular. O tema tem gerado polêmica, porque segmentos da área de segurança entendem que o exercício da função caberia exclusivamente à Polícia Civil e não a pessoas jurídicas de direito privado, como empresas de tecnologia da informação e de controle de qualidade especializado, conforme estabelece o decreto.

No auditório, às 15 horas, dúvidas sobre

o impacto ambiental e social de equipamentos da linha de transmissão que trará até Minas Gerais a energia produzida na Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no Pará, serão discutidas em audiência conjunta das comissões de Minas e Energia e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Os deputados pretendem debater a implantação, em municípios mineiros, de eletrodos do Sistema de Transmissão Xingu-Rio. Esse sistema percorrerá os estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Carga horária de policiais e violência obstétrica pautam reuniões

QUARTA-FEIRA (18) – A Comissão de Segurança Pública vai discutir possíveis irregularidades na carga horária de trabalho de policiais e bombeiros militares. A audiência pública foi motivada por mensagens de membros das corporações encaminhadas à ALMG com denúncias de

erros nos cálculos das horas trabalhadas. A reunião será às 14 horas, no Plenarinho IV.


Às 14h30, no Auditório José Alencar Gomes da Silva, as comissões de Saúde e Extraordinária das Mulheres realizam audiência pública conjunta. A finalidade é debater o Projeto de Lei (PL) 4.677/17,

da deputada Geisa Teixeira, que dispõe sobre a implantação de medidas de informação e proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado.

O projeto considera como violência obstétrica todo ato de ofensa física e verbal praticada pelo médico, pela equipe do

hospital ou pela família à parturiente. Dentre os atos, estão a indução desnecessária às cesarianas, a falta de respeito por parte dos médicos com as gestantes no trabalho de parto e deixar de aplicar anestesia na parturiente quando ela solicitar.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

	<p>PODERES DO ESTADO Executivo GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL Legislativo DEPUTADO ADALCLEVER LOPES Judiciário GERALDO AUGUSTO DE ALMEIDA</p>	<p>Secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais MARCO ANTÔNIO DE REZENDE TEIXEIRA Subsecretário de Imprensa Oficial TANCREDO ANTÔNIO NAVES</p>
---	---	--